



Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026

FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS, sediado à Praça Dom Paulo Rolim Loureiro, 35, centro, Pirapora do Bom Jesus-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.721.541/0001-06, devidamente representada por seu Presidente da Câmara, o Sr. FRANCISCO JOSE SOLDADO, por intermédio do agente de contratação, vem abrir o presente processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 04/2026, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de infra estrutura de rede estruturada, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus/SP, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Assim, torna pública a intenção de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de obter propostas adicionais de eventuais interessados, pelo prazo de 3 (três) dias úteis.

A proposta mais vantajosa para a Administração será selecionada com base no critério de julgamento de menor preço, conforme previsto neste Edital e no Termo de Referência, observados os princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como as datas e horários discriminados a seguir.

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO POR EMAIL:

DE 14/04/2026 A 16/04/2026 ÀS 24:00 HORAS

REFERÊNCIAS DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:

compras@piraporadobomjesus.sp.leg.br

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO PRESENCIAL:

DE 14/04/2026 A 16/04/2026 das 08:00 as 17:00 horas.

ENDEREÇO PARA ENTREGA DE DOCUMENTO PRESENCIAL /FISCO: Praça Dom Paulo Rolim Loureiro, 35, centro, Pirapora do Bom Jesus-SP.

O Termo de Referência e demais documentos encontram-se disponíveis no site oficial da Câmara Municipal: www.piraporadobomjesus.sp.leg.br.

Pirapora do Bom Jesus, 10 de abril de 2026.

RAIANNY MONTEIRO DE CARVALHO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

FRANCISCO JOSE SOLDADO
PRESIDENTE DA CÂMARA



1 . DO OBJETO: O presente processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 04/2026, tem por objeto a empresa especializada para prestação de serviços de infra estrutura de rede estruturada, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus/SP, conforme as seguintes condições: REMOÇÃO TECNICA DE REDES ANTIGAS (CAT 5 OU INFERIORES) E FIOS DE TELEFONIA INATIVOS; DESOBSTRUÇÃO DE PASSAGENS E CAIXAS DE PASSAGEM, LANÇAMENTO DE CABO DE REDE CAT6 (U/utp) PARA 16 PONTOS ESTRATEGICOS, E ACOMODAÇÃO DE CABOS NO INTERIOR DO RACK DE 19º , CRIMPAGEM DE 16 EXTREMIDADES NO PAINEL DE DISTRIBUIÇÃO (PADRÃO T568A ou T568 B; INSTALAÇÃO E CRIMPAGEM DAS TOMADAS FEMEAS (RJ45 NAS CAIXAS DE PAREDE OU CANALETAS; PRODUÇÃO DECABOS DE MANOBRA PARA INTERCONEXÃO DE ATIVOS; ETIQUETAGEM NUMERICA EM AMBAS AS EXTREMIDADES (RACK E TÔMADA) PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E REPAROS; TESTE ELETRONICO PONTO AS PONTO PARA VERIFICAR; CONTINUIDADE ELETRICA DOS 8 FIOS, AUSENCIA DE CURTOS CIRCUITOS OU FIOS INVERTIDOS, MAPEAMENTO DE SEQUENCIA, a ser realizada em todas as dependências do Predio sede do Poder Legislativo, 1º ANDAR, TOTALIZANDO 8 SALAS.

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.2.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- 1.2.2 ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
- 1.2.3 ANEXO III – DECLARAÇÃO ME/EPP;
- 1.2.4 ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA;
- 1.2.5 ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO.

2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO DA(S) AQUISIÇÃO(ÕES)/DO(S) SERVIÇO(S)

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico deste Termo de Referência.

2.2. A contratação do objeto se faz necessário para atender as necessidades da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus/SP.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus/SP, para exercício de 2026, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO : 3.3.90.39.00– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. O presente MANIFESTO DE INTENÇÃO ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser enviados via e-mail, fazendo referência a DISPENSA.

4.1.1. Limite para Apresentação da Proposta de Preços:

DE 14/04/2026 A 16/04/2026 ÀS 24:00 HORAS

REFERÊNCIAS DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:

compras@piraporadobomjesus.sp.leg.br

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO PRESENCIAL:

DE 14/04/2026 A 16/04/2026 das 08:00 as 17:00 horas_.



ENDEREÇO PARA ENTREGA DE DOCUMENTO PRESENCIAL /FISCO: Praça Dom Paulo Rolim Loureiro, 35, centro, Pirapora do Bom Jesus-SP.

4.2. Poderão participar deste certame as empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação.

4.3. Não será permitida a participação de empresas:

4.3.1. Estrangeiras que não funcionem no País;

4.3.2. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.3.3. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Pirapora do Bom Jesus/SP.

4.3.4. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

4.3.5. Que não possuam ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação.

4.3.6. Sob processo de falência, recuperação judicial que não apresentarem o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital ou insolvência civil;

4.3.7. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal de Pirapora do Bom Jesus/SP, e quaisquer de seus órgãos descentralizados.

5. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

5.1. Para se habilitar na presente Dispensa, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a1) Os documentos descritos no subitem "a" deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

b) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

5.2. - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

c.2) Certidão de Regularidade Estadual ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

1959

PIRAPORA DO BOM JESUS



c.3) Certidão Negativa de Débitos Mobiliários Municipal ou Certidão Positiva de Débito com efeitos de negativa.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

f) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato;

f.1) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

f.2) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123/06, prorrogáveis por igual período, a critério desta câmara, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

f.3) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem f.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b) Poderão participar do certame os licitantes que apresentarem certidão positiva de recuperação judicial, desde que comprove, pelos documentos hábeis, que o plano de recuperação judicial foi deferido e homologado, por decisão transitada em julgado, do juízo da recuperação judicial. Elucide-se que se trata da decisão concessiva do benefício da recuperação judicial e não da decisão na qual o juízo manda processar a recuperação judicial. No caso da recuperação extrajudicial o licitante deverá comprovar que o plano de recuperação foi homologado judicialmente. A participação do licitante em recuperação judicial e extrajudicial só será permitida, nos termos do plano devidamente homologado.

5.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho. (Anexo III).

5.5. QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL

5.5.1. - Atestado que comprove aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s), necessariamente em nome do licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado.

6. PROPOSTA DE PREÇO

6.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme Termo de Referência constante no Anexo II deste Edital.



6.2. A Proposta deverá ser apresentada datilografada ou impressa, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.

6.3. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

6.4. Deverão estar consignados na proposta:

6.5. A nome completo/razão social da proponente, endereço completo/CEP, telefone/fax, e-mail (se houver) e CPF/CNPJ do licitante;

6.6. Preço unitário por item e valor total em algarismos, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de encargos, impostos, taxas, tributos, frete e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação;

6.6.1. O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá ser apresentado COM PRECISÃO DE DUAS CASAS DECIMAIS;

6.6.2. Para os licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado.

6.6.3. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação;

6.6.4. Declaração impressa na proposta de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;

6.7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.7.1 O julgamento será feito pelo critério de menor preço, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência;

6.7.2. A análise das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

6.7.2.1. Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

6.7.2.2. Que apresentem preço ou vantagem baseados exclusivamente em proposta ofertadas pelos demais licitantes;

6.7.2.3. Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital.

6.7.3. As propostas serão classificadas de acordo com menor proposta e caso não haja a manifestação de interesse, será selecionado a menor proposta de acordo com os orçamentos prévios realizados pelo Setor de Compras.

7. DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para autorização da contratação direta pela autoridade competente, observado o disposto no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A contratação poderá feita por meio de Contrato de Fornecimento para o período de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 106 e seguintes da Lei 14.133/2021.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Acompanhar, através do responsável, o recebimento dos serviços e atestar sua regularidade.

8.2. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.



8.3. Comunicar à empresa qualquer irregularidade ocorrida durante a realização dos serviços.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 - O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);



9.13 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10. CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. As condições estão detalhadas no Termo de Referência.

11. DO PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será efetuado por meio de cheque nominal ou depósito em conta corrente indicada pela empresa contratada até 30 dias após entrega ou execução do objeto mediante o recebimento da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente conferida e atestada pela unidade competente.

11.2. Nos preços propostos acima indicados estão inclusos todos os custos e despesas, assim como tributos, encargos e incidências, diretos ou indiretos, não importando a natureza, que recaiam sobre o objeto, correndo por conta e risco da Contratada.

11.3. Para realização dos pagamentos, a CONTRATADA deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista apresentada durante processo de habilitação;

12. PENALIDADES:

12.1. Constitui motivo para rescisão do presente Contrato, o descumprimento de quaisquer cláusulas compactuadas, em especial o atraso da entrega dos serviços ou falta de pagamento de parcelas nos prazos estabelecidos.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente certame, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a. Advertência;

b. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, recolhida no prazo de 10 (dez) dias úteis da comunicação;

c. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita à multa tratada no item “b” acima:

I. Pela recusa injustificada em assinar o contrato;

II. Pelo atraso na execução do serviço, sem causa ou motivo justificável;

III. Pelo descumprimento de quaisquer outras cláusulas contratuais ou inexecução das condições inscritas no termo de referência.



Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus

12.4. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo as multas acima estabelecidas também aplicáveis a CONTRATADA na hipótese de inadimplência. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação.

13. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO:

Gestor Responsável: servidor nomeado em ato da presidência.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 Poderá a Câmara Municipal revogar o presente Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

14.2 A Câmara Municipal deverá anular o presente Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

14.3 A anulação do procedimento de Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.4 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Câmara Municipal.

Pirapora do Bom Jesus, 10 de abril de 2026.

RAIANNY MONTEIRO DE CARVALHO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

FRANCISCO JOSE SOLDADO
PRESIDENTE DA CÂMARA

1730

1959

PIRAPORA DO BOM JESUS



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: O presente processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 04/2026, tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de infra estrutura de rede estruturada, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus/SP, conforme as seguintes condições: REMOÇÃO TECNICA DE REDES ANTIGAS (CAT 5 OU INFERIORES) E FIOS DE TELEFONIA INATIVOS; DESOBSTRUÇÃO DE PASSAGENS E CAIXAS DE PASSAGEM, LANÇAMENTO DE CABO DE REDE CAT6 (U/utp) PARA 16 PONTOS ESTRATEGICOS, E ACOMODAÇÃO DE CABOS NO INTERIOR DO RACK DE 19º , CRIMPAGEM DE 16 EXTREMIDADES NO PAINEL DE DISTRIBUIÇÃO (PADRÃO T568A ou T568 B; INSTALAÇÃO E CRIMPAGEM DAS TOMADAS FEMEAS (RJ45 NAS CAIXAS DE PAREDE OU CANALETAS; PRODUÇÃO DECABOS DE MANOBRA PARA INTERCONEXÃO DE ATIVOS; ETIQUETAGEM NUMERICA EM AMBAS AS EXTREMIDADES (RACK E TOMADA) PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E REPAROS; TESTE ELETRONICO PONTO AS PONTO PARA VERIFICAR; CONTINUIDADE ELETRICA DOS 8 FIOS, AUSENCIA DE CURTOS CIRCUITOS OU FIOS INVERTIDOS, MAPEAMENTO DE SEQUENCIA, a ser realizada em todas as dependências do Predio sede do Poder Legislativo, 1º ANDAR, TOTALIZANDO 8 SALAS.

1.2. Natureza da contratação: serviços

1.3. Regime de execução: indireto.

1.4. Prazo de vigência da contratação: O prazo de vigência do contrato é de até 02 (dois) meses, a contar a assinatura do respectivo instrumento contratual.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO, DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação de empresa especializada para execução de serviços de infraestrutura de rede estruturada justifica-se pela necessidade de modernização, organização e adequação da rede lógica da Câmara Municipal, garantindo maior eficiência, segurança e estabilidade na transmissão de dados.

2.2. A implantação de rede estruturada adequada é essencial para o pleno funcionamento dos sistemas administrativos, legislativos e de comunicação institucional, assegurando a continuidade das atividades do Poder Legislativo.

2.3. Ressalta-se que a prestação dos serviços públicos não pode sofrer descontinuidade, especialmente no que se refere às atividades essenciais da Administração Pública, que dependem diretamente de infraestrutura tecnológica eficiente.

2.4. Diante disso, sugere-se a formalização de processo de dispensa de licitação para execução do objeto, adotando-se o critério de julgamento pelo **menor valor global**, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, nos termos dos artigos 18, inciso VII, e 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.



3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados de forma indireta, por empresa especializada devidamente habilitada.

3.2. A execução dos serviços deverá ocorrer no prazo de vigência contratual, mediante cronograma a ser definido pela Administração, podendo ser precedida de ordem de serviço específica.

3.3. Os serviços deverão ser executados nas dependências da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus/SP, abrangendo todas as salas indicadas no objeto, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias por conta da contratada.

3.4. A contratada será responsável pela remoção adequada dos materiais antigos (cabos, fios e demais componentes inutilizados), devendo dar a destinação correta aos resíduos, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

3.5. A execução deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da **ABNT** e padrões de cabeamento estruturado (TIA/EIA – T568A/T568B), garantindo qualidade, segurança e desempenho da rede.

3.6. A contratada deverá realizar testes de certificação da rede após a instalação, apresentando relatório técnico comprovando: a continuidade dos condutores; ausência de curtos-circuitos e inversões; desempenho adequado da rede instalada.

3.7. Todos os serviços deverão ser executados com garantia mínima, a ser definida no contrato, assegurando a correção de eventuais falhas sem ônus adicional para a Administração.

3.8. A empresa contratada deverá possuir qualificação técnica compatível com o objeto, comprovada por meio de atestados de capacidade técnica.

3.9. Caso os serviços executados não estejam em conformidade com as especificações exigidas, a Câmara Municipal poderá rejeitá-los, devendo a contratada realizar as correções necessárias no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1.1. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência;

4.1.2. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado;



4.1.3. Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

4.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

4.1.5. Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração especialmente designado para tanto;

4.1.6. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência;

4.1.7. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.

4.1.8. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

4.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.2.1. Executar os serviços conforme especificações da proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

4.2.2. Aceitar os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Administração da Câmara Municipal de Vereadores de Pirapora do Bom Jesus /SP, conforme previsto no art. 125, da Lei 14.133/21;

4.2.3. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas nesta licitação;

4.2.4. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Câmara de Vereadores de Pirapora do Bom Jesus e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

4.2.5. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

4.2.6. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE.



4.2.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

4.2.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

4.2.9. Submeter-se-á a todas as normas e condições do Termo de Referência e seus anexos, que integram este contrato, independente da transcrição.

4.2.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.

4.2.11. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

5. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. A gestão e a fiscalização do presente contrato serão exercidas por servidores vinculados à Câmara Municipal de Vereadores de Pirapora do Bom Jesus indicados pela presidência os quais deverão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

5.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a Lei 14.133/2021.

5.3. O fiscal do contrato anotar-á em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.2. Para pagamento, a empresa deverá apresentar à Câmara Municipal de Vereadores de Pirapora do Bom Jesus, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de



acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Câmara Municipal de Vereadores de Pirapora do Bom Jesus , e conter o número do empenho correspondente.

6.3. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

6.4. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

6.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

6.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade. 6.10. O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

6.11. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR Será selecionado o fornecedor proponente da melhor oferta, assim considerada a menor proposta por valor global, desde que apresente a seguinte documentação e na seguinte forma:

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA: A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos: a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com suas alterações supervenientes em vigor ou última alteração consolidada e, no caso de sociedade por



ações, acompanhado de documentos comprobatórios de eleição de seus administradores; c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA: A Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos: a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF); b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS (Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e da Dívida Ativa da União fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e pela Procuradoria da Fazenda Nacional); c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante; e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante; f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão negativa de Débitos Trabalhistas;

7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos: a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante válida na data da entrega das propostas e de início da abertura dos envelopes. Caso o documento não consigne prazo de validade, será considerada válida a certidão com data de expedição ou revalidação dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data da realização da licitação.

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos: a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. b) Registro na ANP – Agência Nacional do Petróleo, de acordo com a portaria 116/2000, de 05/07/2000 alterações posteriores, informando a Bandeira Distribuidora.

7.5. MODO DE PARTICIPAÇÃO a) Essa documentação poderá ser enviada via e-mail: compras@piraporadobomjesus.sp.leg.br ou poderá ser apresentada no setor de contrato e licitações da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus, até o horário definido no aviso e na publicação .



Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Os recursos para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: DOTAÇÃO 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA .

9. DA LEGISLAÇÃO - A contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo observar as leis, decretos, regulamentação, portarias e normas federais, estaduais e municipais diretamente e indiretamente aplicáveis ao objeto da contratação, inclusive por suas subcontratadas. Na elaboração do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, assim como toda a legislação municipal, estadual, federal pertinente, independente de citação: (Códigos, leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais); (Normas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE) Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO Para efeito desta contratação, o orçamento estimado, correspondente ao critério máximo de aceitabilidade do preço global é de R\$ 17.750,00 (DEZESSETE MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS) .

Pirapora do Bom Jesus, 10 de abril de 2026.

RAIANNY MONTEIRO DE CARVALHO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

FRANCISCO JOSE SOLDADO
PRESIDENTE DA CÂMARA

1730

1959

PIRAPORA DO BOM JESUS



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026

FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de infra estrutura de rede estruturada, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus/SP, conforme as seguintes condições: REMOÇÃO TECNICA DE REDES ANTIGAS (CAT 5 OU INFERIORES) E FIOS DE TELEFONIA INATIVOS; DESOBSTRUÇÃO DE PASSAGENS E CAIXAS DE PASSAGEM, LANÇAMENTO DE CABO DE REDE CAT6 (U/utp) PARA 16 PONTOS ESTRATEGICOS, E ACOMODAÇÃO DE CABOS NO INTERIOR DO RACK DE 19º , CRIMPAGEM DE 16 EXTREMIDADES NO PAINEL DE DISTRIBUIÇÃO (PADRÃO T568A ou T568 B; INSTALAÇÃO E CRIMPAGEM DAS TOMADAS FEMEAS (RJ45 NAS CAIXAS DE PAREDE OU CANALETAS; PRODUÇÃO DECABOS DE MANOBRA PARA INTERCONEXÃO DE ATIVOS; ETIQUETAGEM NUMERICA EM AMBAS AS EXTREMIDADES (RACK E TOMADA) PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E REPAROS; TESTE ELETRONICO PONTO AS PONTO PARA VERIFICAR; CONTINUIDADE ELETRICA DOS 8 FIOS, AUSENCIA DE CURTOS CIRCUITOS OU FIOS INVERTIDOS, MAPEAMENTO DE SEQUENCIA, a ser realizada em todas as dependências do Predio sede do Poder Legislativo, 1º ANDAR, TOTALIZANDO 8 SALAS.

Valor Global da Proposta:

Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Razão social; - Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

Pirapora do Bom Jesus/SP, data.....

Assinatura do Responsável

CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

1730

1959

PIRAPORA DO BOM JESUS



Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026

FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

Declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa
(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no referido procedimento licitatório, realizado pela Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus/SP.
Pirapora do Bom Jesus/SP, data.

Assinatura do Responsável

CPF:

OBSERVAÇÃO: Para a obtenção dos benefícios referentes à legislação acima citada, as licitantes deverão apresentar no credenciamento documentos que comprovem que as mesmas se encontram enquadradas no porte de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), no qual deverá apresentar DECLARAÇÃO que enquadra na citada lei, conforme modelo contido no anexo III bem como DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO OU CERTIDÃO SIMPLIFICADA, ambas expedidas pela respectiva junta comercial com data de expedição do exercício atual.

1730

1959

PIRAPORA DO BOM JESUS



ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026

FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de infra estrutura de rede estruturada, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus/SP, conforme as seguintes condições: REMOÇÃO TECNICA DE REDES ANTIGAS (CAT 5 OU INFERIORES) E FIOS DE TELEFONIA INATIVOS; DESOBSTRUÇÃO DE PASSAGENS E CAIXAS DE PASSAGEM, LANÇAMENTO DE CABO DE REDE CAT6 (U/utp) PARA 16 PONTOS ESTRATEGICOS, E ACOMODAÇÃO DE CABOS NO INTERIOR DO RACK DE 19º , CRIMPAGEM DE 16 EXTREMIDADES NO PAINEL DE DISTRIBUIÇÃO (PADRÃO T568A ou T568 B; INSTALAÇÃO E CRIMPAGEM DAS TOMADAS FEMEAS (RJ45 NAS CAIXAS DE PAREDE OU CANALETAS; PRODUÇÃO DECABOS DE MANOBRA PARA INTERCONEXÃO DE ATIVOS; ETIQUETAGEM NUMERICA EM AMBAS AS EXTREMIDADES (RACK E TOMADA) PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E REPAROS; TESTE ELETRONICO PONTO AS PONTO PARA VERIFICAR; CONTINUIDADE ELETRICA DOS 8 FIOS, AUSENCIA DE CURTOS CIRCUITOS OU FIOS INVERTIDOS, MAPEAMENTO DE SEQUENCIA, a ser realizada em todas as dependências do Predio sede do Poder Legislativo, 1º ANDAR, TOTALIZANDO 8 SALAS. , COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. 75, II, §3º DA LEI 14.133 DE 01/04/2021”.

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1. Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2. Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3. Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

4. Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a).....,

Portador(a) do RG sob nº e CPF nº,
cuja função/cargo é (sócio

5. administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato.

6. Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.



Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus

7. Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

8. Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9. Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10. Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

11. Declaramos para os devidos fins que em qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: _____ Telefone: _____

12. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo desta Câmara, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

13. Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente a Dispensa de Licitação 04/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

Local e data

Assinatura do Responsável
CPF:

1730

1959

PIRAPORA DO BOM JESUS



ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026
INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026

FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, nos termos da seguinte: LEGISLAÇÃO:

Demais normas e legislações vigentes pertinentes à matéria, Por este instrumento particular de contrato, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE Pirapora do Bom Jesus/SP pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Praça Dom Paulo Rolim Loureiro, 35, centro, Pirapora do Bom Jesus – SP, neste ato representado pelo seu titular, Senhor Presidente da Câmara Municipal..... portador do RG nº XXXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, casado, doravante designado simplesmente, CONTRATANTE, e de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XX, Bairro , na cidade de , Estado de , inscrita no CNPJ sob nº , representada neste ato através do Sr. _____, inscrita no CPF e RG nº , doravante denominado CONTRATADO, nos termos do Art. 75, II da Lei Federal 14.133/2021, Processo Administrativo nº 010/2026 e Dispensa nº 04/2026, têm entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de infra estrutura de rede estruturada, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus/SP, conforme as seguintes condições: REMOÇÃO TECNICA DE REDES ANTIGAS (CAT 5 OU INFERIORES) E FIOS DE TELEFONIA INATIVOS; DESOBSTRUÇÃO DE PASSAGENS E CAIXAS DE PASSAGEM, LANÇAMENTO DE CABO DE REDE CAT6 (U/utp) PARA 16 PONTOS ESTRATEGICOS, E ACOMODAÇÃO DE CABOS NO INTERIOR DO RACK DE 19º , CRIMPAGEM DE 16 EXTREMIDADES NO PAINEL DE DISTRIBUIÇÃO (PADRÃO T568A ou T568 B; INSTALAÇÃO E CRIMPAGEM DAS TOMADAS FEMEAS (RJ45 NAS CAIXAS DE PAREDE OU CANALETAS; PRODUÇÃO DECABOS DE MANOBRA PARA INTERCONEXÃO DE ATIVOS; ETIQUETAGEM NUMERICA EM AMBAS AS EXTREMIDADES (RACK E TOMADA) PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E REPAROS; TESTE ELETRONICO PONTO AS PONTO PARA VERIFICAR; CONTINUIDADE ELETRICA DOS 8 FIOS, AUSENCIA DE CURTOS CIRCUITOS OU FIOS INVERTIDOS, MAPEAMENTO DE SEQUENCIA, a ser realizada em todas as dependências do Predio sede do Poder Legislativo, 1º ANDAR, TOTALIZANDO 8 SALAS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O contrato de serviços terá vigência de 02 (dois) meses, podendo o contrato ser prorrogado, a critério da administração, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 e 113 da Lei 14.133 de 01/04/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total deste contrato é de R\$ (.....), conforme proposta apresentada pela Contratada na Dispensa de Licitação nº 04/2026, correspondendo ao objeto definido na cláusula primeira e o prazo mencionado na cláusula sexta.



3.1.1. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

3.2. Nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações, as despesas decorrentes dos serviços objeto do presente contrato, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3 – O pagamento será efetuado por meio de cheque nominal ou depósito em conta corrente indicada pela empresa contratada no 10º dia útil após entrega do objeto, mediante o recebimento da Nota Fiscal Eletrônica (Portaria CAT nº 173/2009), devidamente conferida e atestada pela unidade competente.

3.4 - Nos preços propostos acima indicados estão inclusos todos os custos e despesas, assim como tributos, encargos e incidências, diretos ou indiretos, não importando a natureza, que recaiam sobre o objeto, correndo por conta e risco da Contratada.

CLAUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1. Não haverá cláusula de reajuste de preço.

CLAUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1 - A Ordem de Serviço será expedida após a assinatura do Contrato indicará:

o nome da Empresa, o local de entrega ou da prestação de serviço, o item e a quantidade solicitada. A Contratada fica obrigada a fornecer ou prestar o serviço no prazo pactuado, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas no Contrato.

5.1.1. A Ordem de Serviço será enviada ao fornecedor por meio de e-mail informados na proposta comercial da Empresa; será ônus da empresa vencedora comunicar eventual alteração dos dados informados em sua proposta comercial.

5.1.2. O prestador de serviço que, convocado, recusar-se injustificadamente em confirmar o recebimento da ordem de entrega/serviço no prazo de 01 (um) dia útil após o recebimento, poderá sofrer as sanções previstas pela inexecução do ajuste.

5.2. O responsável pelo recebimento fará a conferência dos serviços que deverá estar de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, podendo, se for o caso, recusar parcialmente ou totalmente o material caso o mesmo apresente defeitos ou não atendam as especificações técnicas descritas no termo de referência.

5.3. Os serviços deverão ser executados no Município de Pirapora do Bom Jesus/SP, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação de serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



6.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.3 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.5 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.6 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.7 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.8 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.9- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.10 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.11 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.12 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.13 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



7.14 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Constitui motivo para rescisão do presente Contrato, o descumprimento de quaisquer cláusulas compactuadas, em especial o atraso da entrega dos serviços ou falta de pagamento de parcelas nos prazos estabelecidos.

8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente certame, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a. Advertência;

b. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, recolhida no prazo de 10 (dez) dias úteis da comunicação;

c. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita à multa tratada no item “b” acima:

I. Pela recusa injustificada em assinar o contrato;

II. Pelo atraso na execução do serviço, sem causa ou motivo justificável;

III. Pelo descumprimento de quaisquer outras cláusulas contratuais ou inexecução das condições inscritas no termo de referência.

8.4. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação.

CLÁUSULA NONA – DO CONTRATO E DA RESCISÃO

9.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, e das demais normas complementares aplicáveis 9.2. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.

9.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.

9.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

9.5. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

9.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo para



Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus

dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, e que não forem resolvidas amigavelmente, se sobrepondo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.2. E assim por estarem justos e avençados, declaram as partes aceitar todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente, que assinam em duas vias de igual teor e para os mesmos fins, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

Testemunhas:

1° _____

Nome:

CPF n°:

2° _____

Nome:

CPF n°:

